



COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOS ANIMAIS E POLÍTICA URBANA, DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE RACIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR E MOBILIDADE URBANA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.

Parecer Conjunto em Segundo Turno - Projeto de Lei nº 545/2023

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 545/2023 de autoria do vereador Wanderley Porto e da vereadora Janaína Cardoso que "Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 11.285/21, que "Dispõe sobre a criação do Programa de Substituição Gradativa dos Veículos de Tração Animal no Município e dá outras providências."

Tendo sido aprovado em 1º turno, o projeto retornou à Comissão de Legislação e Justiça, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas 1 e 2.

O projeto vem agora as comissões de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor e Mobilidade Urbana, Indústria, Comércio e Serviços, em razão da aprovação do requerimento 857/2023, que solicitou sua apreciação conjunta em segundo turno, para receber parecer quanto ao mérito das emendas nos termos do art. 52, incisos IV, "a", "b", "c" e "h"; VIII, "a" e "e"; V, "d", do Regimento Interno desta Casa.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de Lei em análise visa dar nova redação ao art. 4º da Lei nº 11.285/21, que "Dispõe sobre a criação do Programa de Substituição Gradativa dos Veículos de Tração Animal no Município e dá outras providências."

A Lei nº 11.285, de 22 de janeiro de 2021, busca prevenir maus-tratos a animais e melhorar as condições de tráfego na cidade. O projeto em questão pretende antecipar a proibição definitiva da circulação de veículos de tração animal



na cidade de Belo Horizonte para, em cinco anos, encerrar essa atividade e evitar mais sofrimento aos animais, com este projeto a proibição passa a ser a partir de janeiro de 2026.

Foram apresentadas ao Projeto 545/2023 duas emendas, são elas:

Emenda 1, de autoria do Pedro Patrus: Confere nova redação ao art. 1º: **"Art. 1º - O art. 4º da Lei nº 11.285, de 22 de janeiro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 4º - Fica proibida a utilização de veículos de tração animal, em definitivo, a partir de 22 de janeiro de 2026. Parágrafo único - A proibição disposta no caput não terá efeito enquanto houver no município pessoa e família dependente financeiramente da atividade exercida por veículos de tração animal."**

Emenda 2, de autoria dos vereadores Bruno Pedralva e Pedro Patrus e das vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença: Acrescenta o seguinte artigo: "Art. - Fica acrescido na Lei nº 11.285, de 22 de janeiro de 2021, o seguinte artigo. Art. - **A proibição prevista no artigo 4º desta Lei estará condicionada à Consulta Prévia Livre e Informada à Comunidade Tradicional Carroceira, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.**"

Após breve explanação do mérito, passo à análise que compete a estas Comissões, nos termos art. 52, incisos IV, "a", "b", "c" e "h"; VIII, "a" e "e"; V, "d", do Regimento Interno desta Casa.

Primeiramente, é importante ressaltar que a defesa dos direitos dos animais é uma pauta essencial e que deve ser priorizada em qualquer legislação que envolva seu bem-estar. A circulação de veículos de tração animal é frequentemente associada a práticas de maus-tratos, condições precárias de trabalho e sofrimento animal. Essas práticas são inaceitáveis em uma sociedade que busca evoluir em termos de ética e respeito aos seres vivos. Permitir que tais veículos continuem a operar, mesmo que em condições restritas, perpetua um ciclo de crueldade e desconsideração pelos direitos animais.

Além disso, a mobilidade urbana é um desafio crescente nas grandes cidades, como Belo Horizonte. O uso de veículos de tração animal para transporte de carga ou pessoas contribui para o congestionamento do tráfego e dificulta o fluxo regular de veículos motorizados e pedestres.



É crucial lembrar que a proibição da circulação de veículos de tração animal não deve ser vista isoladamente, mas sim como parte de um conjunto de ações que visam promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida das pessoas envolvidas nessa atividade. Ao proibir essa prática, é imperativo que sejam oferecidos mecanismos de transição e assistência para os trabalhadores e suas famílias, a fim de garantir que eles não sejam deixados em situação de vulnerabilidade.

Contudo, é possível buscar soluções que conciliam o respeito aos animais, a mobilidade urbana, a circulação de veículos e, ao mesmo tempo, garantam os direitos, a cidadania e a assistência social daqueles que dependem financeiramente dessa atividade.

A Prefeitura de Belo Horizonte e seus órgãos competentes têm se empenhado em estabelecer medidas intersetoriais para atender de forma adequada os carroceiros e suas famílias. Como prova desse compromisso, o plano de transição foi publicado no Diário Oficial do Município, com o objetivo de regulamentar e implementar a Lei 11.285, de 22 de janeiro de 2021, que proíbe a circulação de veículos de tração animal na cidade.

Esse plano de transição é uma demonstração clara de que a Prefeitura está ciente das complexidades sociais envolvidas na proibição e está trabalhando para mitigar os impactos sobre os carroceiros e suas famílias. Ele abrange importantes pontos destinados a acolher e amparar esses trabalhadores, garantindo que não sejam abandonados em situações de vulnerabilidade.

Dentre as medidas previstas no plano de transição, destaca-se a oferta de capacitação profissional e qualificação para os carroceiros, com o objetivo de promover sua reinserção no mercado de trabalho de forma digna e sustentável. Além disso, o plano também prevê o acesso a programas de assistência social, visando oferecer apoio financeiro e psicossocial para essas famílias durante o período de transição.

Ao estabelecer um plano intersetorial de atendimento aos carroceiros e suas famílias, a Prefeitura de Belo Horizonte demonstra que está comprometida em garantir que a transição para a proibição da circulação de veículos de tração animal ocorra de forma equilibrada e respeitando os direitos e a dignidade desses



trabalhadores. É um esforço para promover a inclusão social, a cidadania e a assistência social, proporcionando condições adequadas para que possam se adaptar e prosperar em um contexto urbano mais moderno e sustentável.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é um instrumento internacional que busca proteger os direitos dos povos indígenas e tribais em todo o mundo. No entanto, é importante destacar que essa convenção não se aplica diretamente aos carroceiros na cidade de Belo Horizonte.

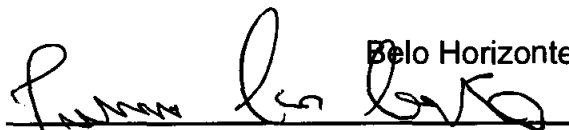
Os carroceiros, embora também sejam trabalhadores envolvidos em atividades que demandam esforço físico e enfrentam desafios socioeconômicos, não são considerados povos indígenas ou tribais nos termos da Convenção nº 169 da OIT. Essa convenção é específica para grupos étnicos que têm uma identidade cultural distinta e uma relação ancestral com a terra.

No contexto de Belo Horizonte, a atenção aos carroceiros e suas famílias está sendo abordada por meio de outros planos e medidas implementados pela Prefeitura. Como mencionado anteriormente, foi publicado um plano de transição com o objetivo de regulamentar e implementar a proibição da circulação de veículos de tração animal na cidade.

Em conclusão, é fundamental rejeitar as emendas apresentadas ao projeto de lei que visa antecipar a proibição definitiva da circulação de veículos de tração animal na cidade de Belo Horizonte. Embora compreendamos a preocupação com a situação dos carroceiros e suas famílias, as emendas propostas não são adequadas para abordar as questões envolvidas.

3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, opino pela rejeição das emendas 1 e 2 apresentadas ao Projeto de Lei nº 545/2023.


Vereador Professor Juliano Lopes

Belo Horizonte, 26 de junho de 2023.